

MODELO 3A – CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: CÂMARA MUNICIPAL / FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA

Município: CANTAGALO/RJ

Exercício: 2022

1) SOBRE AS AÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	Existem manuais, rotinas ou normas internas que disciplinam os procedimentos, atividades, atribuições da unidade de controle interno?	X			X
2	Foram realizadas auditorias contábil/financeira?	X			
3	Foi realizada auditoria operacional?	X			
4	Foi realizada auditoria patrimonial?	X			
5	Foi realizada auditoria tributária?			X	
6	Foi realizada auditoria de sistemas e processamento eletrônico?		X		X
7	Foram realizadas auditorias em outras áreas?	X			
8	Os resultados das auditorias serviram de base para elaboração do presente relatório?	X			

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	Na resolução que criou o cargo.
2	
3	
4	
5	
6	Muito embora não tenha sido realizada auditoria de sistemas, o sistema é sempre verificado se está funcionando em perfeitas condições.
7	
8	

Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes

2 – RESPONSÁVEIS

Descrição	Nome do Responsável	Ato de Nomeação	Ato de Exoneração	CPF	Período de Gestão
Responsável(is) pelas Contas	Ciro Fernandes Pinto			008.513.807-00	2022/2023
Responsável pelo encaminhamento das Contas	Ciro Fernandes Pinto			008.513.807-00	2022/2023
Responsável(is) pelo Setor Contábil	Jane Bessa da Silva Souza	Portaria nº 040/95 Portaria nº 019/22	Portaria nº 019/22	837.331.917-49	2022/2023
Responsável(is) pelo Controle Interno Competente	Wagner Bastos Camacho	Portaria nº 037/21 Portaria nº 05/23	Portaria nº 024/22	100.580.127-45	2022/2023

MODELO 3A – CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: CÂMARA MUNICIPAL / FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA

Município: CANTAGALO/RJ

Exercício: 2022

Responsável(is) pela Tesouraria	Jose Roberto Pereira da Costa	Portaria nº 045/21 Portaria nº 023/22	Portaria nº 023/22	026.324.127-06	2022/2023
Responsável(is) pelos Bens Patrimoniais	José Carlos Lima de Souza	Portaria nº 039/17 Portaria nº 022/22	Portaria nº 022/22	964.278.507-25	2022/2023
Responsável pelo Almoxarifado	André Luiz Caneli	Portaria nº 040/17 Portaria nº 021/22	Portaria nº 021/22	014.425.637-10	2022/2023
Responsável pelo Departamento Pessoal	Rosimar Robadey	Portaria nº 026/93 Portaria nº 020/22	Portaria nº 020/22	734.073.307-82	2022/2023

3 - ANÁLISE DA GESTÃO DA UNIDADE GESTORA

3.1 - Demonstrativos Contábeis:

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	As demonstrações contábeis foram realizadas de acordo com os princípios de contabilidade, com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e MCASP?	x			
2	Os erros na escrituração contábil do exercício anterior foram corrigidos por meio de lançamentos de estorno, transferência ou complementação e acompanhados de notas explicativas, em observância ao disposto na normatização do CFC?	x			x
3	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade do Ativo Imobilizado em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações?	x			x
4	O saldo registrado em Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos e Aplicações guarda paridade com os extratos e respectivas conciliações bancárias e valores em espécie, se for o caso?	x			
5	Constam Notas Explicativas com informações complementares que auxiliem a análise dos Demonstrativos Contábeis, conforme orientação do MCASP?	x			
6	Foi evidenciada a composição e os esclarecimentos quantos aos valores registrados nas rubricas "Ajuste de Exercícios Anteriores" e "Ajuste de Avaliação Patrimonial"?	x			
7	Estão sendo adotadas providências para a regularização das pendências quanto aos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias?			x	Se sim, especificar

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	
2	Conforme consta no relatório de auditoria, todas as divergências encontradas foram corrigidas observando as normas legais.
3	A reavaliação do Prédio da Câmara não foi realizada, em virtude do andamento das obras do projeto de reforma aprovado pelo IPHAN. Pelo princípio da economicidade pública e pelo processo ser oneroso para a Câmara o Presidente informou que a reavaliação será feita após a realização das obras.
4	

MODELO 3A – CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: CÂMARA MUNICIPAL / FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA	Município: CANTAGALO/RJ	Exercício: 2022
---	--------------------------------	------------------------

Questões Normativas	Nota Explicativa
5	
6	
7	

Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes

3.2 - Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária:

Tabela 1 – Resumo da Movimentação Financeira decorrente da Execução Orçamentária da Câmara Municipal

Descrição	Valor (R\$)
(A) Receita Arrecadada	0,00
(B) Despesa Empenhada	4.986.953,45
(C) Transferências Financeiras Líquidas *	-5.242.235,84
(D) Superávit / Déficit (A-B) - C	255.282,39

(*) Transferências Financeiras Líquidas = transferências concedidas (-) transferências recebidas.

Tabela 1 – Resumo da Movimentação Financeira decorrente da Execução Orçamentária do Fundo Especial da Câmara

Descrição	Valor (R\$)
(A) Receita Arrecadada	0,00
(B) Despesa Empenhada	0,00
(C) Transferências Financeiras Líquidas *	-10.000,00
(D) Superávit / Déficit (A-B) - C	10.000,00

(*) Transferências Financeiras Líquidas = transferências concedidas (-) transferências recebidas.

Tabela 1 – Resumo da Movimentação Financeira decorrente da Execução Orçamentária Câmara e Fundo

Descrição	Valor (R\$)
(A) Receita Arrecadada	0,00
(B) Despesa Empenhada	4.986.953,45
(C) Transferências Financeiras Líquidas *	-5.252.235,84
(D) Superávit / Déficit (A-B) - C	265.282,39

(*) Transferências Financeiras Líquidas = transferências concedidas (-) transferências recebidas.

Questões Normativas	Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa <small>Se sim, especificar</small>
1 O déficit financeiro foi contido com a adoção de medidas pela administração?			x	
2 As contribuições previdenciárias dos servidores estão sendo recolhidas regularmente?	x			
3 A contribuição previdenciária patronal está sendo recolhida regularmente?	x			
4 As receitas extra-orçamentárias foram repassadas a quem de direito?	x			
5 As despesas, selecionadas com base em técnicas de amostragem, foram previamente empenhadas?	x			
6 As despesas, selecionadas com base em técnicas de amostragem, observaram os pré-requisitos para sua liquidação, conforme artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64?	x			

MODELO 3A – CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: CÂMARA MUNICIPAL / FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA

Município: CANTAGALO/RJ

Exercício: 2022

	Questões Normativas	Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
7	As despesas pagas, selecionadas com base em técnicas de amostragem, foram devidamente liquidadas?	x			x
8	Os recursos vinculados, selecionados com base em técnicas de amostragem, foram devidamente aplicados na finalidade a que se destinavam?	x			
9	Existe controle para que seja observado se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades?	x			Se sim, especificar
10	Foi observada a normatização municipal na concessão e comprovação dos adiantamentos?	x			
11	Foram adotadas medidas administrativas para caracterização ou elisão de dano ao erário, procedimento empregado antes da instauração da Tomada de Contas?			x	Se sim, especificar
12	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente ao setor de tesouraria, encontra-se arquivada no órgão?	x			

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	Foi constituído em restos a pagar o total de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais), que já foram liquidados e pagos.
8	
9	Sim, o controle é feito olhando todos os processos e verificando se estão sendo pagos nos prazos.
10	
11	
12	

Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes

3.3 - Gestão patrimonial:

	Questões Normativas	Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	Os passivos cancelados encontram embasamento legal?	x			
2	Os controles de bens de caráter permanente contêm informações necessárias e suficientes para sua caracterização?	x			
3	As baixas dos bens por obsolescência, imprestabilidade, por ser de recuperação antieconômica ou por ser inservível ao serviço público, estão sendo devidamente controlados?	x			

MODELO 3A – CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: CÂMARA MUNICIPAL / FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA

Município: CANTAGALO/RJ

Exercício: 2022

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
4	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente aos bens patrimoniais, encontra-se arquivada no órgão?	x			
5	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente aos bens em almoxarifado, encontra-se arquivada no órgão?	x			

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	
2	
3	
4	
5	

Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes

3.4 - Demais Atos da Gestão:

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	As diárias foram pagas e comprovadas de acordo com a legislação municipal?	x			
2	Foi respeitado o limite com a folha de pagamentos, conforme determinado no § 1º do artigo 29-A da Constituição Federal?	x			
3	Foi respeitado o limite com gastos da Câmara Municipal conforme determinado no <i>caput</i> do artigo 29-A da Constituição Federal?	x			
5	O Poder Legislativo respeitou o limite de despesa com pessoal estabelecido na alínea "a", inciso III, art. 20 da LRF (6% da RCL) em algum período do exercício?	x			
6	Foi respeitado o disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 101/00 quando do término do mandato do Presidente da Câmara?	x			

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	
2	
3	
4	
5	
6	

Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes

4 - AÇÕES REALIZADAS

MODELO 3A – CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: CÂMARA MUNICIPAL / FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA

Município: CANTAGALO/RJ

Exercício: 2022

Tabela 2 – Demonstrativo das Responsabilidade não Regularizadas

Responsáveis	Natureza da Responsabilidade	Processo nº	Valor (R\$)	Providências Adotadas
Nome				
Matrícula nº				
Nome				
Matrícula nº				
Nome				
Matrícula nº				
Nome				
Matrícula nº				
Total				

Tabela 3 – Tomadas de Contas Instauradas no Exercício por iniciativa da Administração

Natureza da Responsabilidade	Valor do Dano (R\$)	Encaminhada ao TCE-RJ
Total		

Tabela 4 – Tomadas de Contas Instauradas no Exercício por determinação do TCE-RJ

Natureza da Responsabilidade	Valor do Dano (R\$)	Encaminhada ao TCE-RJ
Total		

Questão Normativa	Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1 As responsabilidades não regularizadas foram contabilizadas?			x	
2 Foram adotadas providências visando à regularização das responsabilidades não regularizadas inscritas no exercício?			x	
3 Foram instauradas Tomadas de Contas visando ao ressarcimento de dano/prejuízos ao erário público?			x	
4 As Tomadas de Contas, previstas em norma própria do TCE-RJ, foram encaminhadas ao Tribunal de Contas?			x	

Questão Normativa	Nota Explicativa
1	
2	
3	
4	

Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes

5 – IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES ANTERIORES

MODELO 3A – CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: CÂMARA MUNICIPAL / FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA	Município: CANTAGALO/RJ	Exercício: 2022
---	--------------------------------	------------------------

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	As determinações do TCE/RJ, relativas a exercícios anteriores, foram atendidas?	x			
2	As recomendações formuladas pelo controle interno, relativas a exercícios anteriores, foram atendidas?	x			

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	
2	

Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes

6 - APONTAMENTOS DO CONTROLE INTERNO

Muito embora o serviço de apoio ao Controle Interno desta Casa Legislativa ter mencionado no item 2.2 do seu relatório de auditoria, que foram encontradas 06 (seis) divergências e 02 (duas) irregularidades, recebo os apontamentos como impropriedade, em razão da adoção do melhor conceito, uma vez que as falhas encontradas são de natureza formal e não resultam em dano ao erário, sendo todas devidamente sanadas conforme dispõe a lei.

7 - CONCLUSÃO (REGULARIDADE OU IRREGULARIDADE)

Considerando que o Controle Interno vem em cumprimento de suas atribuições, acompanhando as atividades da Câmara Municipal e do Fundo Especial da Câmara durante a gestão;

Considerando que a aplicação dos recursos foi feita dentro da legalidade, impessoalidade e moralidade;

Considerando ainda, o Relatório e o Certificado de Auditoria realizado pelo Agente de Apoio do Controle Interno;

Concluo pela **REGULARIDADE COM RESSALVAS** da presente Prestação de Contas.

Cantagalo, 05 de junho de 2023



Responsável pelo Controle Interno

Tutorial

1) Apontamentos do Controle Interno: Reservado para as informações do controle interno que não estejam nos tópicos posteriores.

2) No caso de a questão normativa ser negativa, apresentar as justificativas e medidas adotadas através de nota explicativa.

MODELO 3A – CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: CÂMARA MUNICIPAL / FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA

Município: CANTAGALO/RJ

Exercício: 2022

3) Conclusão: Concluir pela regularidade, regularidade com ressalva(s) e recomendação(ões), ou irregularidade(s) das contas, em face do exame realizado, apontando as medidas adotadas para regularização.

Registra-se o conceito de amostragem conforme a NBC T 11.11 – “Amostragem de auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria sobre uma parte da totalidade dos itens que compõem o saldo de uma conta, ou classe de transações, para permitir que o auditor obtenha e avalie a evidência de auditoria sobre algumas características dos itens selecionadas, para formar, ou ajudar a formar, uma conclusão sobre a população”.

Entende-se como órgão competente o controle interno existente na estrutura administrativa da unidade jurisdicionada, sob coordenação e subordinação da unidade central, e, no caso de inexistência do mesmo, a unidade central de controle interno do órgão a qual a unidade jurisdicionada esteja vinculada.

Importante destacar que os tópicos desse relatório indicam questões que este Tribunal entende como relevantes de verificação, contudo não tem como objetivo engessar o controle interno na elaboração de seu relatório. Desta forma, todo o conteúdo que o controle interno ache necessário deverá ser acrescentado nos tópicos ou informado no tópico I – Apontamentos do Controle Interno.
